

“... vou nesta ocasião á presença de V. Ex.^a...”

A prática da escrita de cartas, entre Portugal e a América portuguesa, na segunda metade do século XVIII

Resumo

O governo colonial manteve o funcionamento de sua administração essencialmente através da prática de escrita de cartas que atravessaram o Atlântico, levando de um porto ao outro: ordens, novidades, instruções, contra-ordens. O uso de cartas para o estudo da História e em particular, do episódio de invasão da Ilha de Santa Catarina, em 1777, pelos castelhanos, não é original. Porém, o uso teórico-metodológico da atual História Cultural permite-nos perceber nessas cartas, não apenas os fatos revelados no seu uso como fonte de pesquisa. Mas, que a prática de escrita que gerenciou todo o governo colonial, pode ser pensada como sendo o próprio objeto e tema de pesquisa da História. O trabalho aqui proposto apresenta *uma releitura* das correspondências, que envolveram o enredo da invasão, recebidas e enviadas pelo vice-rei marquês do Lavradio, especificamente na relação entre o marquês e o comandante da esquadra portuguesa Mac Doval. Assim, produzindo significados diferentes dos que até agora tinham sido atribuídos. Pensando que a escrita epistolar colonial – nas suas regras, jogos de palavras, normas de etiqueta – como uma prática oficial, não deixou de refletir sentimentos, louvores, honras de homens pertencentes à sociedade de corte.

Palavras-chave: Epistolografia; Governo colonial; Sociedade de corte.

Abstract

The use of letters for the study of History and particularly for the study of the episode of the invasion of Santa Catarina Island in the 18th century by the Spanish is no news. What contemporary historiographic debates allow us to perceive in these letters is the writing practice that oriented all colonial govern, during the *coming and going* of letters across the Atlantic. The present article *shuffled through old trunks of History* and interrogated the past with other presuppositions, conceiving epistolary writing in government practices, thus producing meanings different from those that had until now been brought about.

Key-words: Epistolography; Colonial Government; Court Society

* Mestranda em História/UFSC. Bolsista CNPq.

“... vou nesta ocasião á presença de V. Ex.^a...”

A prática da escrita de cartas, entre Portugal e a América portuguesa, na segunda metade do século XVIII

Adriana Angelita da Conceição

No dia 10 de março de 1777, na paisagem ainda pouco tocada do Rio de Janeiro colonial, caminhando de um lado para o outro, com o coração palpitante, e talvez muito nervoso, o vice-rei da América portuguesa – marquês do Lavradio – escrevia mais uma carta para o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, marquês de Pombal. Eis as suas primeiras palavras “Ulmo. Exmo. Sr. - Cheio de aflição que V. Exa. pode imaginar, vou nesta ocasião á presença de V. Ex.^a”¹. Durante o governo colonial as notícias, novidades, ordens, aflições, felicidades, atravessaram o Atlântico, *materializadas* nas cartas, permitindo aos ausentes a comunicação com os distantes. Por intermédio da prática de escrita de correspondências os ausentes fizeram-se presentes.

A carta como um meio de *conversação* essencial entre os setecentistas representava a intensa necessidade humana de comunicação. Nas palavras de Rocha “*communicare* não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda ‘pôr em comum’, ‘comungar’. Escreve-se, pois, ou *para não estar só*, ou *para não deixar só*”². Se a escrita de cartas suscita-se da necessidade humana de comunicação, mais ainda para a garantia de um governo que funcionou no ultramar durante o século XVIII. Com a escrita de missivas, os administradores coloniais podiam *chegar á presença do rei*, solicitar-lhe ajuda, pedir-lhe conselhos, assim como, podiam fazer chegar ao rei os acontecimentos passados na colônia. Nesse *vai e vem* de cartas, de *vento em popa*, a prática de escrita de correspondências produziu uma extensa massa *representativa* (documental) que nos permite visualizar o passado.

Com tais argumentações estamos diante do objeto de pesquisa proposto para discussão neste trabalho, ou seja, falar das cartas que circularam na segunda metade do século XVIII entre Portugal e América portuguesa. Missivas que envolveram o enredo da invasão castelhana³ na Ilha de Santa Catarina, em 1777. Abordando sobretudo as epístolas trocadas entre o marquês do Lavradio e o comandante da esquadra portuguesa Mac Dovall⁴. Trazemos para análise o contexto da invasão não para discutir a temática em si, na tentativa de encontrar culpados, inocentes, covardes, responsáveis pela capitulação sem resistência. Entretanto, pensar um momento muito peculiar do governo colonial, em que, um dos seus principais mandamentos – a conservação e a preservação do território – estava sendo colocado em perigo.

A leitura destas cartas não se configura como um exercício inédito. Diferentes gerações de historiadores já *remexeram os baús* onde essas correspondências *descansam*. Há muito tempo, elas vêm sendo usadas pela historiografia como fonte de pesquisa, na análise dos dados, na busca pelos erros, na tentativa de extrair argumentos para explicar/justificar o ocorrido naquele fevereiro de 1777. Contudo, minha intenção ao *incomodá-las* mais uma vez, propõe uma outra leitura. Sem com isso negar a leitura até então realizada de pensá-las como fonte de pesquisa, para dar indícios dos fatos ocorridos no passado.

Recentemente, as práticas de escrita vêm sendo enfocadas pela historiografia como o próprio tema e objeto de pesquisa. Muitas publicações relacionadas a essas práticas têm aumentado os acervos de livrarias e bibliotecas na última década, com temáticas que envolvem as práticas de escrita dos indivíduos no meio privado, como cartas, diários, biografias, autobiografias. Posicionar-se em relação às práticas de escrita, como elas mesmo sendo o objeto de pesquisa, segundo Ângela de Castro Gomes, requer dos pesquisadores mais investimentos na utilização e na análise das cartas, culminando assim em uma maior atenção às questões teórico-metodológicas⁵.

Deste modo, minha proposta no trabalho não é ignorar os dados que nos contam as correspondências analisadas, apenas tentarei compreender as relações que envolveram o contexto em que elas estão inseridas e sendo produzidas. Abrangendo os arrolamentos entre a metrópole e a colônia, os pensamentos da sociedade de corte, e as diferenciações de tempo/espço durante o processo de comunicação. Para assim, pensar as relações através da composição das cartas, em um exercício que antes de externar fatos, está inserido em regras de um determinado regime, no nosso caso, o governo colonial com suas práticas de representação.

Analisando que embora as cartas coloniais aqui estudadas enquadram-se como correspondências oficiais do meio público, elas podem nos *contar* muito mais dos homens setecentista do que as decisões, números, acontecimentos da vida administrativa. Isso porque a escrita das missivas, será percebida dentro de seu ambiente de composição, que supera o simples relato de dados, pois elas pertencem ao pensamento setecentista que lhes permite existir como marca de uma representação e de uma prática de escrita de seu tempo.

Faremos algumas considerações da política colonial empreendida para a América portuguesa, com um pouco do momento que vivia a metrópole. Pensando que ampliar o *olhar* para o contexto colonial, nas mudanças que envolviam Portugal no momento estudado, nos permite acumular uma série de conhecimentos que engrandecem a alma do historiador(a) que lançará perguntas – de maior propriedade e capacidade de perceber as sensibilidades – ao seu objeto, sendo aqui, as correspondências.

As missivas oficiais acompanharam as transformações do contexto em que estão inseridas. Momento em que o reino lusitano, de traços colonialistas, presenciava mudanças nos âmbitos políticos, econômicos, sociais, e ressaltamos, as reformas educacionais. Falar de Portugal neste período de modificações para as diferentes frentes da sociedade, nos remete a Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e mais tarde marquês de Pombal. No enredo da invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina, a coroa lusa pertencia a D. José I (1750-1777). Durante o seu reinado, após o terremoto de Lisboa (1755), o marquês de Pombal recebeu autoridade completa do rei para governar, realizando muitas reformas e caracterizando-se até hoje, como um governo que levanta controvérsias.

Idéias iluministas, política pombalina, reformas educacionais – os homens que acompanharam e contribuíram com tais mudanças, foram os destinados para a colônia portuguesa na América. Estes administradores enviados para a colônia estavam presentes na consolidação e extensão das novas propostas do pensar.

Das inúmeras frentes políticas reformadoras empreendidas pelo marquês de Pombal, nos interessa mencionar as que aconteceram no sistema educacional. Na reforma estava incluída a expulsão dos jesuítas da colônia e da exclusividade que detinham em relação ao ensino. Portugal na política pombalina segundo Maxwell, de certo modo, era um produto híbrido, entre absolutismo e despotismo⁶.

As discussões e as reformas, entre os lusos, acompanhavam as idéias iluministas. “De certo modo, o antijesuitismo ilustrado dos países católicos justifica-se, no nível ideológico, como sendo o produto de uma razão humanitária que pretende subordinar a si, na pessoa do príncipe, a administração, a justiça, a assistência e a educação, em nome da utilidade e da felicidade públicas”⁷. Variados foram os motivos que envolveram o antijesuitismo, e o que nos interessa, foi a desvinculação do monopólio jesuíta da educação. Em que a intenção era transferir para o Estado o poder ideológico, e assim, *racionalizar* a educação em um projeto que defendia o bem estar público, em nome do Estado. Com a expulsão da Companhia de Jesus foi a Congregação dos Oratorianos⁸ quem assumiu o ensino em Portugal, sendo alguns dos oratorianos fortes aliados de Pombal durante a execução de suas propostas políticas.

Durante a execução dos alvarás que indicavam aos lusos os novos métodos para o ensino, na intenção de livrar os portugueses do atraso acarretado pelos métodos dos jesuítas, segundo Pombal, muitas obras foram publicadas para contribuírem com os novos métodos do sistema educacional que estavam sendo postos em prática. Porém, ressaltamos que o principal interesse, em mencionar as reformas educacionais, é pensar as práticas de escrita, que gerenciaram a administração colonial.

Dentre as obras publicadas, os estudos da epistolografia portuguesa reconhecem como o primeiro teórico das missivas do século XVIII o oratoriano Francisco José Freire que, em 1745, publicou a obra *Secretário Português Compendiosamente Instruído no Modo de Escrever Cartas*⁹, que foi de grande repercussão e passou por várias reedições, trazendo para Portugal idéias discutidas em outras partes da Europa. Logo, um outro oratoriano, Luís António Verney, grande crítico da obra de Freire publicou em 1746 o *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*¹⁰.

No início de sua obra Verney atribuiu grande importância para a escritura de cartas, relacionando a prática de escrita de correspondências, com um novo plano de estudo para a língua portuguesa. A publicação do *Verdadeiro*, apontada por alguns autores como o início da ruptura com o Barroco, proporcionou um impacto salutar em Portugal, iniciando a ilustração como movimento político e intelectual. Para Falcon, a importância da obra de Verney “reside não propriamente no seu ‘conteúdo’, mas no seu espírito que as comanda e na ruptura que representam; aspectos esses que, nem sempre, têm sido devidamente ressaltados”¹¹. Assim, a publicação de obras que *complementaram* as objetivações de Pombal, colocou em discussão essa

importante prática social e cultural, entre os setecentistas, que era a prática de escrita de cartas. Que se apresentava como objeto de preocupação na sua composição e na identificação de sua função, de colocar os distantes *em presença*, carregando traços sensíveis dos setecentistas da sociedade de corte lusa.

Os *manuals* que indicavam as melhores formas de escrever cartas foram se apresentando como instrumentos para uma certa política de escritura, acompanhando as novas propostas para os estudos de gramática e retórica. Tais propostas acompanhavam o conjunto de práticas de civilidade, tendo como produto exemplar

os diversos manuais destinados a ensinar as boas maneiras, os tratados epistolares e as cartas, que vieram a contribuir a constituição e expansão da chamada civilização cortesã. Promoveram uma específica educação dos costumes e dos gestos, ou, o que é o mesmo, um determinado código de representação e um inconsciente político capaz de exercer o controle social através dos usos da língua, oral e escrita¹².

No conjunto de idéias pensadas como modernizadoras, dentro das orientações pedagógicas e das políticas de escritura, existia uma intenção maior que conduzia a formação ideal do *homem* público setecentista, que atuaria no governo da metrópole e da colônia. Para Ana Rosa Silva, dentro destas intenções

derivava uma particular preocupação com a criação do instrumental humano capaz de executar as reformas voltadas para a superação do diagnosticado atraso econômico e cultural do Reino a qual, embora internamente passasse pelas reformas do ensino promovidas pelo Marquês de Pombal, demandou uma ação mais ampla que, no plano externo, demandava a formação de representantes do Estado qualificados para a função¹³.

Assim, mencionamos a questão das reformas no sistema educacional, para com as observações levantadas nos estudos de Silva, pensarmos a marcante preocupação com o instrumental humano que governaria no ultramar a colônia. Sem discutirmos, ou levantarmos suposições, se os homens enviados pela corte para governar a colônia, leram ou não os exemplos de obras citadas acima. Mas, para alcançarmos a percepção de vivência destes homens setecentistas, que intrinsecamente pertenciam à sociedade de corte e eram destinados para a colônia, como representantes autênticos do rei. Tendo na prática de escrita de cartas a materialização representativa de suas funções.

Ao citarmos os teóricos epistolares do século XVIII não temos a intenção de encontrar evidências de suas propostas nas cartas aqui apresentadas para análise. A apresentação das discussões que perpassam o campo pedagógico do ensino da língua portuguesa e das melhores maneiras de escrever cartas se justifica na tentativa de pensar o governo colonial na sua relação com a escrita, principalmente a escrita epistolar.

Juntamente com estas discussões que aconteciam em Portugal, temos as novas medidas impostas para a política colonial. Diante do atraso político, e principalmente econômico, as possessões coloniais apresentavam-se como a solução para os problemas, intensificando-se no governo pombalino uma política que buscava instruir a condução dos administradores coloniais.

Muitas capitâneas foram fundadas proporcionando uma maior organização administrativa, e principalmente, populacional para garantir o domínio do território. Com a expulsão dos jesuítas e do controle que exerciam sobre os indígenas, o objetivo era proporcionar o convívio de índios e brancos para garantir a conservação da terra e sua povoação. As ações buscavam fazer de todo indivíduo um ser útil para o rei, organizando-os em vilas para os tornarem participativos dos projetos políticos pretendidos por Pombal. Assim, a colônia foi reorganizada militarmente, sobretudo nas áreas de fronteira com a Espanha, pois a América meridional era um ponto de intensificada preocupação. Neste sentido, a Ilha de Santa Catarina recebeu grande visibilidade da política colonial.

Com estas considerações chegamos aos motivos das palpitações, que naquele 10 de março de 1777, afligiam o coração de Lavradio: a capitulação da Ilha de Santa Catarina, invadida pelos castelhanos.

A ilha apresentava-se bem posicionada geograficamente e com um porto conhecido como um dos melhores da região, merecendo a atenção da metrópole no sistema de defesa da América meridional que incluía a Colônia do Sacramento e o Rio Grande de São Pedro. Em 1775, foi enviado para a ilha de Santa Catarina o brigadeiro Antonio Carlos Furtado de Mendonça, com a missão de seguir o que tinha começado Silva Paes, há mais de 20 anos, ou seja, promover os aparatos militares da Ilha, transformando-a em território fortificado.

Muitas embarcações atravessaram o Atlântico levando correspondências com as informações vindas de Lisboa. As notícias eram claras, a Espanha estava preparando uma grande esquadra que se dirigiria para o sul da América, com o intuito de garantir seu território e suspender os constantes combates na região do Prata.

A prática de escrita de cartas era exaustiva, os clamores de honra eram evidenciados, a missão dos portugueses era oferecer a vida para assegurar o território do rei. Assim, com mais soldados, aparatos bélicos, fortalezas restauradas, soldados preparados para içar bandeira e lançar tiros de canhão, aguardava a ilha a comentada expedição castelhana, que tinha partido do porto de Cádiz, em novembro de 1776, no comando do futuro vice-rei do Prata – D. Pedro Antonio de Cevallos.

Em fins de fevereiro de 1777, os castelhanos, com mais de cem embarcações, foram avistados nas proximidades da praia de Canasvieiras (norte da ilha). O momento do combate se aproximava. Porém, as bandeiras não foram içadas e tiros, tanto lusos como castelhanos, não foram ouvidos. Os castelhanos desembarcaram na praia de Canasvieiras e por terra, mato adentro, alcançaram a vila de Desterro. Através da assinatura do termo de capitulação, a ilha, de possessão lusa passou a ser território de D. Carlos III, rei da Espanha.

Muitos portugueses fugiram em direção sul, outros em direção norte e outros para o interior (Lages). Os oficiais maiores foram levados por embarcações da Espanha para o Rio de Janeiro, onde foram mantidos presos nas fortalezas daquele porto, até que se apurassem os acontecimentos.

Inquéritos militares foram realizados na tentativa de se entender o que tinha acontecido. O auto da devassa foi desenvolvido pelo desembargador Bernardo Salazar Sarmiento Eça e Alarcão, por ordem do marquês do Lavradio. Em agosto de 1777, começou definitivamente o processo, ouvindo mais de cem testemunhas. Os responsáveis foram punidos pela rainha Dona Maria I, filha de D. José I.

Contudo, a História não pode ser pensada linearmente, na ingenuidade de acreditarmos que os acontecimentos foram tão simples como parecem e seguiram uma ordem que levou as cartas, em uma seqüência exata. Da intenção do ato a sua ocorrência, muitas cartas, ordens, instruções, ofícios circularam entre os responsáveis pelo funcionamento da colônia; administração da ilha, governo do Rio de Janeiro e a coroa portuguesa.

A proposta de análise que pretendo desenvolver com estas cartas, implica em *repensar* as relações mantidas entre o historiador(a) com as fontes, traços, pegadas deixadas pelo passado e que serão estudadas e *sentidas*. Em uma entrevista o historiador francês Alain Corbin, disse que existe a necessidade do historiador “tomar como ponto de partida a maneira como as pessoas que se estuda representavam-se, e de entender a coerência de suas representações”¹⁴.

Desta forma, pensamos a existência das correspondências coloniais como as representações da metrópole e da colônia, diante das atitudes e conduções de suas funções, dentro da sociedade de corte setecentista. As cartas analisadas trazem a representação de um momento muito singular para os administradores coloniais: a defesa do território do rei, a chance do fortalecimento das carreiras militares, nomes que precisavam ser preservados, as redes de interdependências que necessitavam ser prevalecidas e a garantia do principal instrumento que livraria Portugal do atraso econômico e social, o poderio sobre a colônia.

Levando-se em consideração estas observações, as cartas coloniais, como uma representação, merecem uma leitura que supera sua função de fonte, mas que pode ser pensada como o próprio objeto de estudo da História. De tal modo, como primeiro exercício de análise das cartas, tomaremos as relações de *espaço* e *tempo*, marcadas pela alteridade no tempo.

Os sistemas de representação de cada época são também coordenados pelas relações compreendidas entre espaço e tempo. Em que, os vínculos mantidos entre essas relações, nos meios de comunicação no século XVIII, são fortemente diferentes dos que apreendemos para o século XXI. As cartas que carregavam as novidades, levavam dias ou meses para alcançarem seus destinos. Atualmente, vivemos o advento dos modernos meios de comunicação via satélite, que superam a necessidade de tempo e espaço serem o mesmo para que a comunicação seja imediata. Segundo as análises de Hall com os processos de globalização vivemos a “‘compressão espaço-tempo’, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre as pessoas e lugares situados a uma grande distância”¹⁵. Tal abrangência não se verifica entre os setecentistas, que para a comunicação ser efetuada, seja oralmente ou escrita, o tempo precisava condizer com o espaço.

Para visualizarmos essa percepção temporal entre a distância e o processo de comunicação, citaremos o episódio do envio de mantimentos, saídos do Rio de Janeiro em direção ao sul da América para alcançar a esquadra portuguesa.

No dia 04 de fevereiro de 1777, Lavradio escreveu para o comandante da esquadra Mac Doval “Fica-se carregando com a maior diligência uma embarcação mercante que comprei, para servir de levar os mantimentos precisos para o fortalecimento da Esquadra; agora remetto segundo as clarezas que pude

alcançar o mantimento que poderá ser preciso para completar cinco mezes á Esquadra, fazendo a conta segundo o tempo em que foram aqui providos e o em que poderá chegar esta embarcação (...).¹⁶

As embarcações levariam os mantimentos, e segundo as ordens de Lavradio deveriam retornar com urgência “V. Sa. as deixará partir, porque do contrario ou seja a respeito de se alterar o ajuste com que foi tomada a carne, ou da demora destas embarcações, se poderão seguir grandes prejuízos aos interesses de El-Rey meu senhor, e ao seu real serviço”¹⁷. O nome do rei era sucessivamente invocado diante das decisões que seriam tomadas.

Outra questão interessante, desta correspondência, foi que Lavradio comunicou a Dovall que a expedição castelhana, talvez já tivesse partido de Cádiz, em novembro de 1776. Porém, ressaltou “Eu a este respeito não recebi avizo da Corte; é verdade que ainda não chegou uma embarcação que sahio de Lisboa, quatro dias primeiro que uma que chegou a este porto no dia 11 de Dezembro”¹⁸. Neste trecho, alcançamos as diferenças relacionadas à distância: uma carta esperada para início de dezembro, ainda em fevereiro, não estava nas mãos de Lavradio. Com isso, o vice-rei não podia confirmar *oficialmente* a partida da expedição castelhana. Lavradio relatou tal informação no início de fevereiro, e em fins do mesmo mês, os castelhanos tomariam a ilha de Santa Catarina, e as notícias ainda não tinham sido confirmadas. Situação pertencente ao século XVIII, de acordo com a prática de escrita de correspondências como meio de comunicação, relacionada às percepções de tempo e espaço daquele período.

No dia 20 de fevereiro o responsável militar pela ilha, Antonio Carlos Furtado de Mendonça, escreveu para Lavradio dando as primeiras informações da presença dos castelhanos. A carta apresentava um *post scriptum* que dizia “um dos Mestres das Sumacas que vieram com carnes para a Esquadra, que foi ás Garoupas buscal-a e não achando, sahindo para fora diz que no dia 16 avistara trinta e cinco embarcações, e isto é dito agora neste instante porque entrou para dentro, por conta da Esquadra Hespanhola”¹⁹. Observamos o *desencontro*, as cartas foram escritas e enviadas, mas não chegaram em tempo de tomar as providências que traziam. A esquadra portuguesa já tinha partido em direção ao Rio de Janeiro, assim que avistou a superioridade da expedição castelhana aproximando-se da ilha. Diante de uma situação de conflito, como a invasão de um território, a carta continuava sendo o meio responsável pela comunicação, proporcionando-nos compreender as relações vivenciadas entre espaço/tempo pelos setecentistas. Quando Furtado escreveu “e isto é dito agora neste instante”, precisamos refletir a representação de *instante* para o século XVIII, com sua coerência, porque dias depois a carta chegaria ao destinatário, diferente assim, de um *instante* para quem vive a comunicação via satélite. De tal modo, temos para o regime colonial, uma específica combinação tempo e espaço, com as implicações técnicas e estratégicas políticas próprias do século XVIII.

No exercício de análise apreendemos que a leitura das correspondências coloniais nos permitiu aproximações com as representações que os próprios setecentistas faziam de si mesmo, bem como, a coerência entre eles, destas representações. O motivo de a esquadra lusa ter abandonado a ilha sem resistir à presença castelhana, foi uma atitude que desencadeou muitas outras cartas, que discutiram a atitude de Dovall diante do comprometimento com a coroa portuguesa.

Assim sendo, precisamos levar em consideração algumas práticas conferidas entre os membros da sociedade de corte. Para um luso ser recomendado para um cargo de governança no ultramar, significava a existência de um *histórico* de vida dedicado ao serviço real. As qualidades de um bom governador envolviam prudência, valor, responsabilidade e boas experiências de guerra, que tivessem gerado adequados rendimentos para a coroa. Outro fator, eram as boas relações na corte, garantidas pelo *status* ocupado pela família. O pai²⁰ de Lavradio destacou-se como grande na sua carreira por serviços prestados ao rei, portanto, estes aspectos garantizavam a Lavradio o posto que ocupava de vice-rei e o representava como um modelo ideal de administrador colonial.²¹

O bom nascimento, segundo Fabiano Santos, já implicava na assimilação de certos valores que se ligavam à condição de nobre, como: “guerra, honra, ação, coragem, força, virtudes corporificadas em atitudes e até modos de vestir, indicativos do sentimento e da consciência de pertencer à nobreza”²². Portanto, Lavradio fazia parte desta vivência que o acompanhou no seu governo efetuado na América portuguesa.

As relações vividas na corte giravam em torno de redes de interdependências. Era necessário manter uma boa representação de si para os outros, especialmente, para quem ocupava um cargo de governo, pois representava a pessoa e a soberania do rei no ultramar. Constantemente a preocupação de Lavradio era manter sua honra diante dos outros súditos, e que nada pudesse comprometer esse sentimento de honra devida ao rei.

Elias no seu livro *A Sociedade de Corte* nos demonstra a grande ênfase dada ao sentimento de *honra* entre os membros da corte – embora seu estudo tenha sido voltado para a sociedade cortesã francesa -

dizendo “ao ter seu reconhecimento como membro recusado pela ‘boa sociedade’, perdía-se a ‘honra’, perdendo assim uma parcela constitutiva de sua identidade pessoal. De fato, era comum um nobre trocar sua vida pela ‘honra’, preferir morrer a deixar de pertencer à sua sociedade, o que significava deixar de se destacar da massa circundante”.²³

Assim, entendemos que a grande aflição do coração de Lavradio, estava circunscrita a este sentimento, da possibilidade de ser um membro recusado pela “boa sociedade”, uma vez que a perda da ilha para os castelhanos durante seu governo, marcaria sua memória, não condizendo com as ações de um bom governo e/ou como um fiel representante do rei. De tal modo, o que mais lhe afligia era informar a corte tais acontecimentos. Eis como Lavradio encerrou sua primeira missiva comunicando a chegada dos castelhanos a ilha “é o que nesta ocasião se me oferece dizer a V. Exa., para o pôr na real presença de El-Rey meu Senhor, onde eu dezejaria poder fazer chegar noticias que fossem mais felices”²⁴.

Diante da situação de invasão, da perda do principal bem real que era o território, Lavradio precisava tomar providências que preservassem sua imagem de bom governador. Neste ponto, observamos uma grande intriga que se desdobrou entre Lavradio e o chefe da esquadra. Marcando, como apontou Elias, que

a vida na sociedade de corte não era uma vida pacífica. Era grande a quantidade de pessoas restritas a um círculo de maneira permanente e inelutável. Elas se pressionavam mutuamente, lutavam por chances de prestígio, por sua inserção na hierarquia de prestígio da corte. Não cessavam os escândalos, as intrigas, os conflitos por posição ou favorecimentos. Cada um dependia do outro, todos dependiam do rei. Cada um podia prejudicar o outro²⁵.

O que a análise deste acontecimento pode nos revelar são, o que arriscamos dizer, *valores humanos* dos setecentistas envolvidos na administração colonial, tendo como ponto de preocupação o não cumprimento de sua primordial função, a salvaguarda do território. A constante *aparência* dos escritos encontrados nas cartas de oferecer a vida em nome do rei, não corresponderam com a *essência* das atitudes tomadas naquele fevereiro de 1777. O interessante, neste aspecto, foi o desencadeamento que Lavradio ofereceu a situação. Que ponderaremos sem a intenção de encontrar as evidências que fazem ou não de Mac Doval o principal culpado pela invasão da ilha, mas, para pensarmos as representações que se estabeleceram, de acordo com o pensamento setecentista, para uma situação que colocava em risco as garantias (ou não) de privilégios na sociedade de corte lusa.

A administração de Pombal foi marcada pelo fortalecimento militar da colônia. Mas, a América portuguesa, com uma grande extensão territorial, não era um território fácil para tal empreendimento. Contudo, mesmo com ordens para reformar as fortalezas e aumentar as tropas, a ilha permaneceu fragilizada. As informações presentes nas correspondências estavam repletas de contradições, até mesmo em relação aos aspectos geográficos da ilha. Circulavam tanto notícias de otimismo, como dados que previam a derrota dos portugueses.

Neste desencontro de informações e atitudes, o comandante da esquadra, ininterruptamente, alertava as péssimas condições da mesma. Enfatizando que míseras 14 embarcações não teriam condições de enfrentar as forças castelhanas, mas que sua honra de militar promoveria o possível e impossível para preservar a ilha. Doval escreveu uma longa carta respondendo as instruções recebidas “eu acho a maior imprudencia o pôr a nossa inconsideravel pequena Esquadra no sacco de uma bahia, para ficar até o inimigo entrar á sua vontade, com superior força, que infelivemente ha-de destruir tudo (...) eu torno a repetir que as fortalezas não valem nada (...) o Monarcha que tiver maior força pelo mar, sempre pode ser senhor da Ilha de Sancta Catharina”²⁶. Próximo ao acontecimento, Doval escreveu novamente para Lavradio dizendo que mesmo contra sua vontade, de abandonar a ilha, preservaria as embarcações, caso a superioridade castelhana demonstrasse que a resistência seria inútil, segundo as ordens que tinha recebido da corte e do vice-rei. Foi deste mando e desmando – após a invasão, nos procedimentos de averiguação do que tinha ocorrido – que Lavradio buscou encontrar o *escape* para a culpabilidade pela perda da ilha.

Em 20 de novembro de 1776, Lavradio escreveu uma carta extensa para o marquês de Pombal, informando os procedimentos realizados para garantir a defesa da ilha, ressaltando as contradições e apontando os problemas existentes. Os valores pertencentes à sociedade de corte lusa que deveriam fazer parte de cada português, foram ressaltados. Lavradio dizia

Eu não posso assegurar os nossos felices sucessos, porem o que me parece que posso certamente fazer a V. Exa., segundo o conhecimento que tenho, assim dos Officiaes General – e o Governador da mesma Ilha, como dos demais officiaes que tem a tropa que a guarrece, e ainda dos mesmos soldados; que se os Castelhanos alli forem, não haverá um só Portuguez que não faça prodígios de valor, todos estão com tão boa vontade e tão rezolutos a darem a vida pela glória da pátria, e com tanta inveja dos felices sucessos que tiveram os seus camaradas²⁷,

que a mim me parece, que se Deos continuar a abençoar-nos, fazendo cada um da sua parte o que deve, não conseguirão os Castelhanos o que dezejam²⁸.

Observamos que Lavradio mencionou todos os pertencentes às forças de terra, mas para falar das forças de mar, o vice-rei reservou uma parte especial. Lavradio reconhecia as condições da esquadra dizendo “pelo que toca porem á Esquadra visto a sua pouca força”²⁹, determinou que a mesma ocupasse uma posição de retaguarda, para atacar os castelhanos assim que estes aproximassem-se da ilha. O vice-rei ressaltou que tratava o chefe da esquadra como um amigo, embora recebesse ultrajes “com umas demonstrações de ternura que não é próprio do seu character, nem da sua nação”³⁰. Logo após este comentário cita uma carta que escreveu ao chefe dizendo “meu Cheffe, V. Sa. é um *estrangeiro*, e não tem ainda tempo de conhecer a força dos termos da nossa lingua”³¹, aqui encontramos a caracterização que marcou o desenrolar das representações produzidas por Lavradio para o episódio da invasão.

No dia 11 de dezembro de 1776, Lavradio respondeu a carta de Dovall, em que o comandante apontava a concreta situação em que se encontrava a ilha e a esquadra

As forças com que se diz virem os Castelhanos atacarnos, sam muito maiores que aquellas com que nós prezentemente nos achamos, porém a dextridade de V. Sa. prestimo – honra e valor de todos, que tem a honra de servir nesta Esquadra; o exemplar espirito de uma Nação que sempre com a inveja de muitas outras, se tem em todas as occaziões distinguido, faz esperar que as distinctas qualidades desta Esquadra, supra muito ao maior numero de embarcações que trazem os Castelhanos³².

Lavradio reconheceu a inferioridade das forças portuguesas, mas esperava que a honra e o valor, pudessem superar os números, mantendo um *rito* setecentista – pertinente na prática de escrita de correspondências – em que, embora a resistência lusa fosse impraticável, o conveniente era manter o ideal dos valores defendidos. O vice-rei encerrou a missiva com as seguintes observações “V. Sa., de quem confio haja de ter sempre as mais proprias e acertadas, para conseguir para El-Rey *meu* senhor e todo Estado as maiores felicidades”³³. O rei foi invocado para evidenciar que a ação de defesa tinha um alcance maior, que era a pessoa do rei, em que claramente Lavradio manifesta *meu* senhor para distinguir-se de Dovall.

Quando o vice-rei escreveu “não haverá um só Portuguez” ele não poderia incluir Mac Dovall que era um irlandês³⁴, e por essa *distinção* os escritos de Lavradio, após a invasão, marcaram os motivos que talvez tivessem feito o chefe abandonar a ilha, já que não tinha o mesmo sentimento de honra pelo rei. Lavradio pretendia que as ações fossem felizes, dizendo para que com elas “se faça immortal o nome do nosso augustissimo soberano, e que a posteridade conheça o quanto também devemos a V. Exa”³⁵, o *nosso* prevalecia para os portugueses, desviando a pessoa do chefe.

Em 19 de fevereiro de 1777, abandonando a ilha, depois de avistar a presença dos castelhanos, Dovall escreveu para Lavradio dizendo “Se as minhas ordens foram para defender a Ilha de Sancta Catharina até a ultima extremidade, isto tenho feito sem a menor duvida até ao ultimo minuto da minha vida, porque o retirar do inimigo é bem contra o meu costume e agora muito mais me custa”³⁶. Este *ir e vir* de *ordens e contra-ordens* marcou as relações do chefe e do vice-rei.

Desta carta em diante as acusações prevaleceram. Lavradio defendia-se dizendo que tinha ordenado o chefe a permanecer na ilha para a defesa, e que teriam sido as más interpretações de Dovall que o fizeram se retirar. Do outro lado, Dovall argumentava que contra sua vontade tinha abandonado a ilha para salvar a esquadra cumprindo as ordens do vice-rei, e agindo contra sua própria vontade. Em 09 de março, quando veemente era pressionado por ter deixado a ilha, escreveu “que eu em todo o tempo responderci pela minha conducta e obediencia, das minhas ordens a Sua Magestade que Deos guarde, e pela falta de próprias forças não posso eu ser responsavel”³⁷. O chefe procurava se livrar da culpa pela perda do território, e que mesmo a majestade sendo de Lavradio (*Sua Magestade*) ele tinha agido com conduta e obediência, já que representava os portugueses ocupando a chefia da esquadra.

Lavradio escreveu inúmeras cartas para a corte dando explicações pela perda do território, em que, procurava conservar sua imagem de bom governador, “o zelo que eu tenho pelo serviço de El-Rey meu senhor, a pureza com que devo fazer chegar a verdade á sua real presença, é que me obrigam a explicar-me com tanta liberdade”³⁸. A *liberdade* requerida por Lavradio o fazia, de maneira impetuosa, acusar Dovall, dizendo “elle foi a origem e cauza principal da perda da Ilha, por se não querer sujeitar a couza nenhuma que se lhe ordenou”³⁹. Como vemos, as acusações procuraram alcançar uma *dimensão* diferente, que superou a simples intenção de encontrar-se um culpado para a invasão, outros sentimentos estavam envolvidos.

Lavradio, a cada carta que escreveu, depois da invasão, enfatizava as acusações contra Dovall

A má fé deste Official, a sua falta de obediencia, e permitta-me V. Exa. que eu diga assim, e o seu medo, a vaidade e soberba com que ficou a da Carta de louvor, e agradecimento que recebeo do Marquez de Pombal⁴⁰; e esperando elle como publicava que tudo lhe succederia pelo contrario, segundo o que tinha feito, o animou a toda aquella indesculpavel acção, e a ser a origem e a causa principal da desgraça da Ilha de Sancta Catharina, talvez para se vingar dos primeiros Officiaes daquela Ilha, a quem elle tinha um odio implacavel, e a quem tinha feito sempre as maiores desattenções⁴¹.

Embora, Lavradio mencionasse os responsáveis militares pela ilha como também culpados pelo ocorrido, dizendo que tinham procurado salvar suas vidas ao invés de honrar o soberano, nada foi tão simbólico como as denúncias voltadas para Dovall.

Em 04 de agosto de 1777, Lavradio escreveu para a corte dizendo “eu confesso a V. Sa. que já não tenho forças para tantos golpes; o que tem estado da minha parte julgo tel-o feito, e muito mais do que permittem as minhas possibilidades. Eu bem quis ter hido por todas estas partes, e pode ser que a minha prezença os tivesse conservado mais constantes (...)”⁴². O vice-rei buscava deixar evidente que a perda da ilha não deveria permanecer na sua memória, pois argumentava ter feito todo o possível, e se estivesse na ilha não teria permitido que os castelhanos tivessem tomado o território. Lavradio procurava demonstrar que os valores pertencentes a um bom governador faziam parte de sua conduta. E como disse Santos “a preocupação em averiguar a receptividade de suas ações foi presença contumaz no cotidiano do marquês do Lavradio nos onze anos em que esteve na América”⁴³, visto que o vice-rei de acordo com os sentidos da sociedade de corte carecia de manter uma boa imagem diante dos outros.

Advertimos mais uma vez que a finalidade deste exercício de análise não é *condenar* ou *absolver* Mac Dovall, de acordo com as representações escritas de Lavradio. Mas, diante deste seletivo grupo de correspondências coloniais buscar compreender os valores, as sensibilidades, as estratégias, representadas em defesa dos *sentimentos* setecentistas lusos, que precisavam ser preservados de acordo com a vivência das relações entre a metrópole e a colônia. Posto que, os envolvidos com a perda do território sabiam que o acontecimento marcaria a história portuguesa e seus nomes estariam *colados* em uma irrealização de funções.

Acusar e/ou responsabilizar Dovall pela invasão castelhana pode ser interpretado como o escape justificável encontrado por Lavradio para reafirmar seus valores e condutas à frente do governo colonial. Pois, como o chefe da esquadra não era um súdito luso, não alimentaria os mesmos sentimentos de honra pelo rei, como disse Lavradio “se eu me pudesse repartir por todos os lugares em que estão os diferentes corpos, juro a V. Exa. que não me desamparando Deos, estes fantasmas não conseguiriam nenhuma gloria, sem que primeiro todos nós não tivessemos derramado até a *ultima gota do nosso sangue*”⁴⁴, era a representação de derramar o sangue em nome da soberania portuguesa. O deslocamento da culpabilidade, caracterizando Dovall como estrangeiro, poderia *amenizar* o sentimento de não ter cumprido a missão de preservar o território soberano, diante da corte. Embora, os militares envolvidos na defesa tenham sido condenados e presos, nenhum militar recebeu, nas cartas aqui analisadas, tantas acusações como o chefe da esquadra. Defendemos que para as sensibilidades lusas, do século XVIII, seria mais confortável aceitar a capitulação por culpa de um irlandês, sentimento que seria contrário aos valores lusos.

Depois da devassa requerida por Lavradio, muitos dos militares portugueses envolvidos no episódio da invasão foram levados para Portugal, onde ficaram presos até a promulgação do decreto de 14 de janeiro de 1786, pela rainha D. Maria I. Este documento não deixou de externar os sentimentos lusos em relação ao ocorrido “Mando e Hei por Meu serviço, que a dita Sentença do Conselho de Justiça se não publique, e que os referidos autos, Sentenças, e informações sejam logo, e antes de outra alguma obra, recolhidos à Secretaria de Estado da Repartição da Guerra para nela se guardarem com o maior segredo, e recato, a fim de que este negócio *fique em perpetuo esquecimento*”⁴⁵, a vontade era fazer da invasão um acontecimento esquecido, para manter a honra dos súditos em relação ao rei.

Ao analisar as representações envolvidas em fotografias Boris Kossoy diz que “a fotografia não é uma tomografia da mente e do espírito, apenas um registro expressivo da aparência”⁴⁶, sugiro substituir *fotografia* por *carta* e refletir esta análise. Ponderando as correspondências como um registro da aparência, ou melhor, como um registro de representações. Pois, pensamos o passado com as representações elaboradas por aqueles que viveram tal situação e transcreveram, em distintos meios, as representações dos acontecimentos. Assim, procurei neste pequeno exercício de reflexão analisar as correspondências coloniais, sem intentar ver as cartas *como uma tomografia da mente e do espírito* dos lusos setecentistas, mas procurando entender nestas representações – cartas – não apenas a coerência de fatos narrados, mas, o envolvimento de sentimentos e de subjetividades.

Notas

¹ Todas as citações de correspondências, assim como as citações do título, irão manter a ortografia de onde foram retiradas. Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 10 de março de 1777. Bicentenário da transferência da capital do Brasil da cidade do Salvador para o Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e Marquês do Lavradio. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962, p. 293.

² ROCHA, André Crabbé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965, p. 13.

³ Durante o texto faremos referências aos espanhóis como *castelhanos*, para manter a nomenclatura como são majoritariamente citados nas correspondências analisadas.

⁴ Em algumas correspondências lemos *Mac Dovall* e em outras *Mak Dowall*, assim optaremos por citar sempre do primeiro modo, ou seja, como *Mac Dovall*.

⁵ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: _____. (Org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 10.

⁶ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 168.

⁷ FALCON, Francisco José Calazanas. *A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p. 135.

⁸ A Congregação dos Oratorianos entrou em Portugal em 1668, apresentando desde sua fundação um forte envolvimento com o poder político. Os oratorianos dedicavam-se ao ensino e a publicação de obras didáticas para a formação popular. Por este motivo, apresentavam-se como assíduos rivais dos inicianos. Não eram ligados por votos, como na maioria das instituições religiosas. Muitos pesquisadores abordam que a Congregação não foi apoiada por Pombal durante todo o seu governo, assim como, Pombal recebeu resistência de alguns oratorianos. Porém, estas questões superam os âmbitos do trabalho.

⁹ A obra é formada por uma vasta introdução em que Freire discute a temática epistolar, sua importância e as maneiras mais adequadas para sua composição. Freire divide as cartas em três gêneros: Demonstrativo, Judicial e Deliberativo. E dentro dos três gêneros divide-as em catorze tipos: (Demonstrativo) de Parabéns, de Oferecimento, de Agradecimento, de Aviso, de Louvor, (Judicial) de Desculpa, de Justificação, de Queixas, (Deliberativo) de Pezames, de Recomendações, de Boas Festas, de Consolação, de Exortação e de Conselho. Para cada tipo de carta, Freire aponta exemplos, assim como, as respostas mais adequadas para cada ocasião. (Exemplar consultado no setor de obras-raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.)

¹⁰ O *Verdadeiro Método de Estudar* foi um conjunto de cartas que traziam temáticas variadas. As primeiras ressaltavam a importância do ensino da Língua Portuguesa, dos estudos de Lingüística e de retórica, propondo normas e metodologias de ensino, ressaltando também os estudos de Física, Filosofia, Metafísica.

¹¹ FALCON, *op. cit.* p. 331.

¹² GÓMEZ, Antonio Castilho. "Como o polvo e o camaleão se transformam" Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In. BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) et. al. *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2002, p. 37.

¹³ SILVA, Ana Rosa Clochet da. *A formação do homem-público no Portugal setecentista (1750-1777)*. INTELLECTUS. Ano 02 Vol. II – 2003, p. 03. www2.uerj.br/~intellectus, p. 8.

¹⁴ CORBIN, Alain. O prazer do historiador. [Entrevista concedida a Laurent Vidal. Tradução de Christian Pierre Kasper]. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, v. 25, n.º 49, jan - jun, 2005, p. 17.

¹⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 69.

¹⁶ Marquês do Lavradio para o Senhor Roberto Mac Dovall, 04 de fevereiro de 1777. *op. cit.* p. 341.

¹⁷ *Idem.* p. 342.

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ Antonio Carlos Furtado de Mendonça para o marquês do Lavradio, 20 de fevereiro de 1777. *op. cit.* p. 348.

²⁰ O pai de Lavradio era D. Antônio de Almeida Soares Portugal, 4º conde de Avintes e 1º marquês do Lavradio, título que recebeu pelos serviços prestados no governo de Angola, de 1749 a 1753, sendo que em 1760 foi nomeado vice-rei do Estado do Brasil, falecendo meses depois de assumir o cargo. SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o marquês de Pombal: o exemplo da casa de Lavradio. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, v. 24, n.º 48, jul - dez, 2004, p. 303.

²¹ *Idem.* p.306.

²² *Idem.*

²³ ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 112.

²⁴ Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 10 de março de 1777. *op. cit.* p. 297.

²⁵ ELIAS, Norbert. *op. cit.* p. 120.

²⁶ Roberto Mac Dovall para o marquês do Lavradio, 21 de novembro de 1776.

²⁷ Em 1763 alguns tratados foram assinados na Europa restituindo aos portugueses possessões no sul da América, mas os castelhanos não aceitaram devolver, quando em 1776, os portugueses empreendem ações e tomaram o Rio Grande de São Pedro.

²⁸ Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. *op. cit.* p. 276.

²⁹ *Idem.*

³⁰ *Idem.*

³¹ *Idem.* Sem grifo no original.

³² Marquês do Lavradio para Roberto Mac Dovall, 11 de dezembro de 1776. *op. cit.* p. 338.

³³ *Idem.* p. 341. Sem grifo no original.

³⁴ O comandante da esquadra portuguesa era o coronel de mar Roberto Mac Dowall, irlandês a serviço de Portugal, porque na administração do marquês de Pombal foram convocados peritos militares estrangeiros, para reorganizar as tropas da metrópole e da colônia. PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina*. Brasília, 1978. Dissertação (Mestrado em História - Política Externa). Universidade de Brasília, p. 111.

³⁵ Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. *op. cit.* p. 276.

³⁶ Roberto Mac Dovall para o marquês do Lavradio, 19 de fevereiro de 1777, *op. cit.* p. 344.

³⁷ Roberto Mac Dovall para o marquês do Lavradio, 09 de março de 1777. *op. cit.* p. 354.

³⁸ Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 02 de junho de 1777. In.: Bicentenário da transferência da capital do Brasil, da cidade do Salvador para a cidade do Rio de Janeiro. REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO_Rio de Janeiro, volume 256, julho-set., 1962. p. 93.

³⁹ Idem. p. 94.

⁴⁰ Lavradio faz referências aos sucessos ocorridos no extremo sul, como a tomada das possessões portuguesas que permaneciam em poder dos castelhanos.

⁴¹ Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 02 de junho de 1777. In.: Rio de Janeiro, volume 256, julho-set., 1962. p. 96.

⁴² Marquês do Lavradio para Martinho de Mello e Castro, 04 de agosto de 1777. Idem. p. 103.

⁴³ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *op. cit.* p. 318.

⁴⁴ Marquês do Lavradio para o marquês de Pombal, 19 de março de 1777. In.: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962. p. 293. *op. cit.* p. 301. Sem grifo no original.

⁴⁵ Decreto de 14 de janeiro de 1786, de D. Maria I de Portugal. In.: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, Conselho Federativo de Cultura, 1972. p. 136.

⁴⁶ KOSSOY, Boris. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, v. 25, n.º 49, jan - jun, 2005. p. 40.